



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

157ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Ata da ordem do dia 13 de maio de 2008.

BRASÍLIA – DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

157ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Local: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília - DF

Data: 13 de maio de 2008

1 Aos treze dias do mês de maio de dois mil e oito teve início a Centésima Quinquagésima Sétima
2 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência da
3 Presidente Interina do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular do
4 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Sra. Simone Aparecida
5 Albuquerque. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade: Membros
6 Titulares e Suplentes do CNAS: Conselheira Simone Aparecida Albuquerque, Representante Titular
7 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheira Valéria Maria de
8 Massarani Gonelli, Representante Suplente do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à
9 Fome – MDS; Conselheira Patrícia Souza de Marco, Representante Titular do Ministério do
10 Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheiro Daniel Pitanguera Avelino,
11 Representante Suplente do Ministério da Educação; Conselheiro Maurício Sarda Faria,
12 Representante Titular do Ministério do Trabalho; Conselheira Edna Aparecida Alegro,
13 Representante Suplente do MTE e MF; Conselheiro Marcelo Garcia, Representante Titular da
14 Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro; Conselheiro Marcelo Armando Reis,
15 Secretário Municipal de Assistência Social de Ouro Branco/MG, e Representante do CONGEMAS;
16 Conselheiro Vanderlei José Vianna, Representante da União Brasileira da Igreja Adventista do
17 Sétimo Dia; Conselheiro Alcides Coimbra, Representante Suplente da Instituição Adventista
18 Central Brasileira de Educação e Assistência Social; Conselheira Margareth Alves Dallaruvera,
19 Representante Titular da Federação Nacional dos Assistentes Sociais – FENAS; Conselheiro Edival
20 Bernardino Campos, Representante Suplente do Conselho Federal de Serviço Social/ CFESS;
21 Conselheira Vânia Lúcia Ferreira Leite, Representante Suplente da Pastoral da Criança; Conselheiro
22 Marcos Antônio Gonçalves, Representante Suplente da Federação Brasileira de Inclusão Social,
23 Reabilitação e Defesa da Cidadania – FEBIEX; Conselheira Darlene Terzi dos Anjos Afonso
24 Cazarini, Representante Titular da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Segurança Social
25 - CNTSS; Conselheiro Antonino Ferreira Neves, Representante Suplente do Conselho Federal de
26 Contabilidade – CFC; Conselheiro Waldir Pereira, Representante Suplente da Federação Brasileira
27 das Associações Cristã de Moços; e, Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos, Representante Suplente
28 da Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais – ABEDV. **COLABORADORES:**
29 Sra. Iolete Ribeiro da Silva, Fórum Nacional de Direitos Humanos; Sr. Marco Antônio Castilho
30 Ribeiro, Representante dos Conselhos Estaduais de Assistência Social; Sra. Maria Rosa Silveira
31 Aguiar, Federação Nacional das APAEs; Sr. Samuel Rodrigues, Movimento Nacional de População
32 de Rua. **ABERTURA.** A senhora Presidente Interina, Conselheira Simone Aparecida Albuquerque
33 cumprimentou a todos os presentes, solicitando aos Conselheiros Valéria Maria de Massarani
34 Gonelli, Representante Suplente do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome -
35 MDS, Marcelo Armando Rodrigues, Secretário Municipal de Assistência Social de Ouro
36 Branco/MG, e Representante do CONGEMAS, e Edival Bernardino Campos, do Conselho Federal
37 de Serviço Social/ CFESS que se apresentassem ao Plenário. A Conselheira Valéria informou estar
38 na suplência do Conselheiro Fernando Brandão, do MDS, que era Diretora do Departamento de
39 Proteção Social Especial, e que já havia exercido o cargo de Conselheira Municipal em outras

40 ocasiões. O Conselheiro Marcelo Armando Rodrigues, Secretário Municipal de Assistência Social
41 de Ouro Branco, Minas Gerais, destacou que havia sido, até o mês passado, Presidente do Conselho
42 Estadual de Assistência Social de Minas Gerais por dois mandatos, e Presidente do CONGEMAS
43 de Minas Gerais. O Conselheiro Edival Bernardino Campos destacou sua participação como
44 Representante Suplente do Conselho Federal de Serviço Social, com atuação nos Conselhos
45 Municipais e Estadual. A senhora Presidente Interina agradeceu e chamou para compor a mesa os
46 Representantes do Grupo de Trabalho indicados pelo Pleno, cuja reunião já havia acontecido:
47 Arlete; Samuel, do Movimento Nacional de População de Rua; Iolete, do Fórum de Direitos
48 Humanos; Rosa, da Federação Nacional das APAES; e Marcos, Presidente do Conselho Estadual do
49 Rio de Janeiro. Prosseguindo, solicitou à Secretária Executiva, Sra. Cláudia Sabóia, que fizesse a
50 chamada para verificação do quórum: Conselheiros Titulares ou na titularidade presentes:
51 Conselheira Simone, Conselheiro Marcelo Garcia, Conselheira Patrícia, Conselheira Edna,
52 Conselheiro Marcos Antônio, Conselheiro Edivaldo, Conselheiro Vanderlei, Conselheiro Alcides
53 Coimbra, Conselheira Margarete Alves, Conselheiro Antonino, Conselheiro José Geraldo,
54 Conselheiro Daniel e Conselheiro Waldir. Conselheiros Suplentes presentes: Conselheira Valéria,
55 Conselheiro Edval e Conselheiro Marcelo Armando. A senhora Presidente Interina colocou em
56 discussão a Ata da Centésima Quinquagésima Sexta Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
57 Assistência Social, que foi aprovada pelos presentes, passando à aprovação da Pauta: 10:00 às 11:00
58 h - Aprovação da Ata da 156ª Reunião do CNAS, e da Pauta; - Informes; 11:00 às 12:00 h: Relato
59 do Grupo de Trabalho para propor Agenda de atuação do CNAS, criado pela Resolução nº 47, de
60 05/05/2008; 14:00 às 18:00 h – Apreciação e aprovação da proposta de Regimento Interno da
61 Assembléia de Eleição dos representantes da Sociedade civil do CNAS – Gestão 2008/2010. A
62 senhora Presidente Interina passou ao **Item Informes**, solicitando a distribuição dos Anais da 6ª
63 Conferência Nacional de Assistência Social e do Relatório final, começando pelos Delegados e,
64 posteriormente, aos Conselhos Estaduais e Municipais. Informou que a Presidência Interina, em 9
65 de abril de 2008, solicitou ao Procurador da República no Distrito Federal, Sr. Pedro Antônio de
66 Oliveira Machado, informações sobre entidades cujos processos de Certificação julgados no
67 Conselho, objeto de investigação da Polícia Federal na Operação Fariseu, e sob acompanhamento
68 desse Ministério Público que apresentassem irregularidades, para que se pudesse tomar as medidas
69 necessárias. Em resposta, no dia 15 de abril, o Procurador informou que requereu ao Juiz Federal da
70 12ª Vara do Distrito Federal, a autorização para o compartilhamento com o CNAS de todas as
71 provas colhidas na investigação da Polícia Federal. Em 22 de outubro de 2008 e 25 de abril de
72 2008, foram recebidos, respectivamente os Ofícios nº 132 e 139/2008, da Procuradoria da
73 República do Distrito Federal, com três CDs contendo informações, documentos de interceptações
74 telefônicas e Relatório final do Departamento da Polícia Federal, após autorização do
75 compartilhamento com o Conselho pelo Juiz da 12ª Vara do Distrito Federal. Que desde 25 de abril
76 os CDs estavam de posse da Consultoria Jurídica do Ministério do Desenvolvimento Social e
77 Combate à Fome para análise e orientações das providências cabíveis. Informou, ainda, que já havia
78 sido autorizado o compartilhamento com a Controladoria Geral da União, o Tribunal de Contas da
79 União, o Ministério da Previdência Social, o Instituto Nacional de Seguro Social, a Secretaria da
80 Receita Federal e a Advocacia Geral da União. Esclareceu que o CNAS continuava prestando
81 informações, bem como encaminhando processos conforme solicitado pela Polícia Federal, pela
82 Instrução do Inquérito Policial nº 0389/2004, referente à Investigação Fariseu, que investigava
83 fraudes, atuação ilegal de Conselheiro e Servidores do Conselho Nacional na concessão dos
84 Certificados a Entidades Beneficentes para o gozo da imunidade de isenção prevista no parágrafo 7,
85 do Art. 195 da Constituição Federal. A senhora Presidente Interina esclareceu haver encaminhado
86 as informações que vieram para a Consultoria Jurídica e que seria instituída uma Comissão de

87 Sindicância para a leitura das informações e as providências necessárias. Prosseguindo, passou à
88 leitura do Ofício encaminhado pela Secretária Nacional Ana Lúcia: “*Submetemos à apreciação e*
89 *deliberação deste Conselho a proposta de procedermos à descentralização dos recursos*
90 *financeiros no valor de 7.632.715 (sete milhões seiscentos e trinta e dois mil e setecentos e quinze*
91 *reais) alocados no Fundo Nacional relativos ao programa Economia Solidária em*
92 *desenvolvimento, ação de promoção da inclusão produtiva para a Secretaria de Geração de*
93 *Oportunidades para a inclusão deste Ministério. Tal solicitação justifica-se pelo fato de que a*
94 *citada Secretaria, criada a partir do processo de reestruturação administrativa deste Ministério*
95 *terá como competências, dentre outras, planejar, executar e acompanhar programas de inclusão*
96 *produtiva por meio de seus departamentos de fomento à inclusão produtiva. Desta forma, essas*
97 *ações, ora executadas no âmbito da Secretaria Nacional de Assistência Social serão*
98 *implementadas por aquela unidade. Isto exposto, nos colocamos à disposição para, se necessário,*
99 *prestarmos informações complementares.*” Informou sua resposta a esse expediente: que assim que
100 a Comissão de Financiamento do Conselho voltasse a funcionar seria encaminhado esse Ofício, mas
101 também recomendando à Secretária Nacional de Assistência Social, que não deixasse de tomar
102 todas as providências para assegurar o bom andamento no Ministério. Prosseguindo, passou aos
103 Informes da Secretaria Executiva do Conselho, que esclareceu aos novos membros ser prática do
104 Conselho o Relato dos Informes da Secretaria Executiva e da Presidência, de todas as atividades
105 que executadas nesse período: **I. Ausências Justificadas:** - Conselheiro Edvaldo Bernardino
106 Campos: dia 14/04, na 156ª Reunião Ordinária, em razão de compromissos profissionais; -
107 Conselheiro Alcides Coimbra: dia 14/05, na Reunião do GT para propor Agenda do CNAS, em
108 razão de compromissos previamente assumidos; - Conselheira Karla Larica Wanderley: dia 13/05,
109 na 157ª Reunião Ordinária, em razão de compromisso institucional assumido anteriormente; -
110 Conselheiro Antônio Brito: dia 13/05, na 157ª Reunião Ordinária, em razão de compromissos
111 anteriormente assumidos; - Conselheiro Nivaldo Luiz Pessinatti: dia 13/05, na 157ª Reunião
112 Ordinária, em virtude de participação e coordenação do III Encontro Salesiano da América; -
113 Conselheiro Volmir Raimondi: dia 13/05, na 157ª Reunião Ordinária, em razão de problemas de
114 saúde; - Conselheiro João Paulo Ribeiro: dia 13/05, na 157ª Reunião Ordinária, em razão de
115 compromissos profissionais; - Conselheira Paula Branco de Mello: dia 13/05, na 157ª Reunião
116 Ordinária, em razão de compromissos profissionais anteriormente assumidos; - Conselheira Vânia
117 Lúcia Ferreira Leite: dia 13/05, na 157ª Reunião Ordinária, em razão de participação no II
118 Seminário Nacional sobre Modalidade de Gestão do Ministério da Saúde; - Conselheira Margarete
119 Cutrim: dia 13/05, na 157ª Reunião Ordinária, em razão de problemas de saúde. Relatou que os e-
120 mails enviados aos Conselheiros estavam todos relacionados, chamando atenção para a nomeação
121 dos novos Conselheiros: Conselheira Valéria, Conselheira Lena Vânia, que não estava presente no
122 momento, Suplente do Ministério da Saúde e Conselheiro Maurício Sarda Faria, Conselheiro Titular
123 do Ministério do Trabalho e que os demais já havia sido objeto de informação anterior. Informou
124 que no Item 3 constavam todas as audiências realizadas no CNAS por servidores, chefes de serviço,
125 coordenadores, Secretaria Executiva com as Entidades, Representantes de entidades e participantes,
126 providências adotadas e o assunto tratado. **Participação do CNAS:** - **X Encontro Nacional do**
127 **CONGEMAS**, realizado no dia 26 de março de 2008, em Belo Horizonte/MG, com a participação
128 da Presidente Interina do CNAS, Simone Aparecida Albuquerque, na Mesa: *Avaliando a*
129 *Implantação do SUAS no Brasil na perspectiva da Gestão Municipal;* - **II Encontro Nacional de**
130 **Conselhos Nacionais**, promovido pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e pela
131 Secretaria Geral da Presidência da República, realizado nos dias 05 e 06 de maio de 2008, em
132 Brasília/DF, com a participação das Conselheiras Edna Aparecida Alegro e Patrícia Souza de
133 Marco; - **Seminário Nacional “A Proteção Social às Crianças e Adolescentes no âmbito do**

134 *Sistema Único de Assistencial Social*”, promovido pelo Fórum Nacional de Coordenadores de
135 Centros de Apoio da Infância e Juventude e de Educação dos Ministérios Públicos dos Estados e do
136 Distrito Federal – FONCAIJE, e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,
137 realizado nos dias 07, 08 e 09 de maio de 2008, em São Luis/MA, com a participação da Presidente
138 Interina do CNAS, Simone Aparecida Albuquerque, na mesa com o tema: “*Participação e Controle*
139 *Social: a importância das Conferências Nacionais e dos Conselhos de Assistência Social*”.
140 Também foram ao evento, representando a Secretaria Executiva do Conselho, as servidoras do
141 CNAS Maria Auxiliadora Pereira e Liliane Neves do Carmo; - **Audiência Pública** para debate
142 sobre o Projeto de Lei que tratava da regulamentação das entidades filantrópicas, promovida pela
143 Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa do Rio
144 Grande do Sul, realizada no dia 20 de abril de 2008, em Porto Alegre/RS, com a participação da
145 Presidente Interina do CNAS, Simone Aparecida Albuquerque, na qualidade de
146 palestrante/debatedora. A Secretária Executiva destacou que os convites recebidos pelo CNAS
147 estavam disponíveis no site. Passando aos Comunicados, destacou o da Frente Parlamentar, que
148 informava que o Deputado Raimundo Gomes de Matos foi designado para ser Relator do Projeto do
149 PL SUAS e que as sugestões deveriam ser encaminhadas pelo correio eletrônico:
150 sugestoes.pl3077@gmail.com. A Conselheira Patrícia observou que gostaria que constasse no
151 Relato que o evento sobre a Proteção Social às Crianças e Adolescentes no âmbito do Sistema
152 Único de Assistencial Social era promovido pelo FONCAIJE e pelo Ministério, com o apoio do
153 FONSEAS e do CONGEMAS. Prosseguindo, a senhora Presidente Interina abriu para os Informes
154 dos Conselheiros. A Conselheira Edna solicitou que constasse a participação efetiva da Sra. Liliane
155 no Encontro de Conselhos. A Conselheira Patrícia passou a detalhar o 2º Encontro de Conselhos
156 Nacionais, observando que, em momento oportuno, poderia ser realizada uma discussão mais
157 aprofundada sobre esses Encontros, cujo propósito deveria ser entendido um pouco melhor. A
158 Conselheira Edna relatou sua participação na Plenária do Conselho de Segurança Alimentar,
159 questionando o que estaria sendo discutido no CNAS com relação à crise alimentar que atingia as
160 pessoas atendidas pelas ações do Conselho, temaque também deveria ser pautado e discutido em
161 uma reunião futura. O Conselheiro Daniel relatou que estava acontecendo nesse mesmo dia, no
162 Congresso Nacional, um evento em comemoração aos duzentos anos da Educação Superior no
163 Brasil, aproveitando para avisar à Presidência que, em razão de uma convocação para uma
164 Audiência Pública, não participaria da Reunião do Conselho no período da tarde. O Conselheiro
165 Marcelo Garcia informou que a partir de 2 de junho aconteceriam cinco Encontros Regionais do
166 CONGEMAS, cuja programação já estava sendo definida e onde tentariam aprofundar o debate
167 sobre Pactos de Gestão. Que o MDS seria convidado para comentar e avaliar a apresentação dos
168 Secretários Estaduais, e se após um ano os Pactos estariam ou não sendo cumpridos. Destacou que
169 na hora de montar a programação dos Encontros Regionais vários assuntos surgiram, recursos
170 humanos, cofinanciamento, financiamento, sendo que o tema do Pacto trazia a discussão de todas as
171 questões que se gostaria fossem discutidas, com a formação de várias mesas. Informou que os
172 Encontros iniciariam em 2 de junho no Nordeste, em Aracaju, no Sul, em Porto Alegre, no Sudeste,
173 em Vitória, no Norte, em Santarém e no Centro-Oeste, em Pirenópolis. A Conselheira Valéria
174 destacou que se iniciava em Natal, uma reunião do CONANDA, para avaliar o primeiro plano de
175 combate ao enfrentamento do abuso e exploração sexual contra a criança e o adolescente, e
176 informando as datas e locais de realização de outras reuniões sobre o assunto, inclusive um evento
177 mundial. A Conselheira Edna passou a relatar os eventos que iriam ocorrer, ligados à área e ao
178 CNAS, para que o Conselho passasse a discutir assuntos que estavam correndo e que estavam
179 ligados à Assistência Social. A senhora Presidente Interina passou a palavra à Conselheira
180 Margareth, que informou que dia 15 de maio era dedicado ao Assistente Social, data em que a

181 Federação Nacional dos Assistentes Sociais discutiria e realizaria ato público para esclarecer à
182 Sociedade Civil o papel da Assistência Social. Destacou que esse ato seria o primeiro passo para a
183 realização do Fórum em Defesa do Mercado de Trabalho do Assistente Social em julho. O
184 Conselheiro Edval referiu-se à realização dos eventos que ocorreriam em todo território nacional
185 para defender a qualidade da formação e do exercício profissional. Destacou que no dia do
186 Assistente Social sairia um manifesto nacional, assinado pelo Conselho Federal e por outras
187 entidades de representantes da área de ensino e de formação profissional, a ser divulgado em jornal
188 de audiência nacional e em alguns jornais regionais. Finalizando, agradeceu a oportunidade e
189 convidou os membros do Conselho para que participassem desse evento em seus respectivos
190 estados. O Conselheiro Edivaldo destacou a realização do 6º Congresso Latino Americano da União
191 Latina Americana de Cegos e a 7ª Assembléia da ULAC em Bento Gonçalves/RS, com a eleição de
192 três representantes brasileiros: 1ª Vice-Presidência, que passou a ser ocupada pelo Conselheiro
193 CNAS, Volmir Raimondi; a Comissão de Prevenção à Cegueira, que passou a ser ocupada pelo
194 Conselheiro Edivaldo; e a Comissão de Reabilitação e Emprego. Finalizando, colocou a ULAC à
195 disposição do CNAS, ao mesmo tempo em que solicitava o apoio do Colegiado para melhor
196 desenvolver seu trabalho. A senhora Presidente Interina passou ao relato da Pauta, informando que
197 na última Reunião Plenária do Conselho, depois de muito debate e de forma bastante madura, o
198 Conselho Nacional decidiu suspender a Assembléia de Eleição, adiando por até noventa dias. Que
199 ficou decidida, também, a composição de um Grupo de Trabalho com a tarefa de discutir uma
200 agenda para o Conselho Nacional, tendo como temática a questão do Controle Social, com ênfase
201 nas eleições nos Conselhos de Assistência Social no Brasil, a questão do usuário e discutir novas
202 regras para a votação de Certificação, o Projeto de Lei do CEBAS e o Projeto de Lei do SUAS, que
203 tramitavam no Congresso Nacional. Observou que a Resolução nº 47, de 5 de maio de 2008, estava
204 em poder de todos, informando que esse Grupo de Trabalho tinha a função de discutir a
205 programação e realização da Reunião Ampliada e Descentralizada, cuja importância foi discutida
206 pelo Conselho em sua última Reunião. Relatou que o Conselho havia resolvido que essa Comissão
207 seria formada por cinco representantes de Entidades que assinaram a Carta enviada ao Conselho
208 Nacional, um representante dos Conselhos Estaduais, seis representantes do Conselho Nacional de
209 Assistência Social, três da Sociedade Civil e três do Governo. Destacou que compunham esse GT a
210 Federação das APAEs, o Fórum Nacional de Direitos Humanos, o Fórum Mineiro, a Associação
211 Brasileira de Organizações Não-Governamentais e o Conselho Estadual de Assistência Social do
212 Rio de Janeiro e o Movimento Nacional de População de Rua. Indicou os representantes pelo
213 Governo: a senhora Presidente Interina, representando o Ministério do Desenvolvimento Social;
214 Secretária Margarete Cutrim, o FONSEAS, assim como a Secretária Valquíria, presente na última
215 reunião; e o CONGEMAS representado pelo Secretário Marcelo, ou na suplência pelo Secretário
216 Marcelo Armando. Ressaltou que havia convocado esse Grupo de Trabalho, conforme deliberado e
217 decidido pelo Pleno, sendo realizada a primeira reunião no dia 5 de maio. Informou que os
218 representantes do Conselho Nacional eram os Conselheiros Vanderlei, Waldir e Margareth.
219 Prosseguindo solicitou que os membros do GT, exceto os Conselheiros, fizessem sua apresentação:
220 Sra. Maria Rosa Silveira Aguiar, Fórum Nacional de Assistência Social, representante das APAES;
221 Sr. Marco Antônio Castilho, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social do Rio de
222 Janeiro, indicado pelo Fórum Nacional de Conselhos; Sr. Samuel Rodrigues Azevedo, Movimento
223 Nacional de População de Rua; e, Sra. Iolete Ribeiro da Silva, Fórum Nacional de Direitos
224 Humanos. Prosseguindo, a senhora Presidente Interina solicitou à Sra. Rosa o relato do Grupo de
225 Trabalho, com a leitura da Memória da Reunião: *“Reunião do Grupo de Trabalho para propor
226 agenda de atuação do CNAS”*. Local: CNAS, em 5/5/2008. Os componentes do GT que estiveram
227 presentes, a Presidente Interina do Conselho, Simone Albuquerque, a Conselheira Valquíria

228 *Moreira Resende, o Conselheiro Vanderlei José Vianna e o Conselheiro Waldir Pereira.*
229 *Representando o Fórum Mineiro de Assistência Social, Domingos Sávio de Araújo, que acredito*
230 *que deva estar chegando para a Reunião de hoje, deve ter ocorrido ao algum atraso. A Iolete*
231 *Ribeiro da Silva, pelo Fórum Nacional de Direitos Humanos, José Antônio Moroni, representando*
232 *a ABONG, Marco Antônio Castilho, do Conselho Estadual de Assistência Social e o Fórum*
233 *Nacional de Nacional de Conselhos Estaduais de Assistência Social, eu, Maria Rosa Silveira*
234 *Aguiar representando a Federação Nacional das APAEs, e o Samuel Rodrigues, representando o*
235 *Movimento Nacional de População de Rua. Houve duas ausências justificadas, da Conselheira*
236 *Margareth Alves Dallaruvera e do Conselheiro Marcelo Garcia. O GT recebeu o apoio da*
237 *Secretária Executiva do CNAS Cláudia Sabóia, da Maria das Mercês Avelino de Carvalho da*
238 *Coordenação de Financiamento, da Soraia Alves de Castro, também da Coordenação de*
239 *Financiamento e da Maria Auxiliadora Pereira da Coordenação de Política. Contextualização da*
240 *criação do GT - A Presidente Interina do CNAS Simone Aparecida Albuquerque iniciou a reunião*
241 *relatando sobre a Resolução CNAS n. 46, de 14 de abril de 2008, publicada no DOU de 18 de abril*
242 *de 2008, que suspendeu o processo eleitoral dos representantes da Sociedade Civil do CNAS e fez a*
243 *leitura da resposta da Carta Pública enviada ao CNAS. Deliberações do Conselho Nacional de*
244 *Assistência Social que, inclusive, estão inseridas nas respostas da Carta Pública. - Suspensão da*
245 *eleição da Sociedade Civil do CNAS e adiamento da Assembléia de eleição por até noventa dias. -*
246 *Suspensão do julgamento de processos até a conclusão do processo eleitoral, quando o Conselho*
247 *terá nova composição e serão definidas novas regras e procedimentos relativos à análise e*
248 *julgamento de processos. - Solicitação à Polícia Federal de compartilhamento das informações já*
249 *produzidas pelas investigações. - Realização de Reunião Ampliada em Brasília para debater o*
250 *controle social da Política Pública de Assistência Social. - Criação de um Grupo de Trabalho com*
251 *participação de Conselheiros do CNAS, representantes dos Conselhos Estaduais de Assistência*
252 *Social e de representantes da Sociedade Civil, sendo que os dois últimos serão indicados,*
253 *respectivamente pelos Conselhos Estaduais e pelo Fórum Nacional de Assistência Social com o*
254 *objetivo de definir a atuação do CNAS neste período de até noventa dias, apontando uma agenda*
255 *de ações. Foi esclarecido que de acordo com o Regimento Interno do CNAS os Grupos de Trabalho*
256 *são instalados por deliberação do Plenário, tendo por objetivo discutir matérias cuja complexidade*
257 *e relevância justifique sua instituição. O GT terá um coordenador escolhido dentre seus membros e*
258 *o documento, contendo relatório do trabalho realizado será encaminhado à Presidência do CNAS,*
259 *cujo conteúdo deverá ser relatado no Plenário. Após discussão e esclarecimento sobre os objetivos*
260 *do GT e o cronograma, os presentes encaminharam o seguinte: Temas para discussão no GT:*
261 *controle social no SUAS, e a definição de regras para eleição da Sociedade Civil dos Conselhos de*
262 *Assistência Social. Neste ponto, na discussão do GT ficou concluído que as próximas eleições deste*
263 *processo que está suspenso ocorrerão com as regras atuais dentro dos critérios definidos pela*
264 *Resolução do CNAS e pela Comissão Eleitoral que tem toda a validade e reconhecimento da*
265 *legitimidade de seus trabalhos. Com isto, as próximas eleições se darão dentro destas regras*
266 *postas e o GT se ocupará em discutir novas regras para as eleições da Sociedade Civil para longo*
267 *e médio prazo. Debate do Projeto de Lei de 3021/2008, que trata dos novos rumos da Certificação*
268 *das Entidades Benéficas de Assistência Social; Debate do Projeto de Lei 3077/2008, que dispõe*
269 *sobre regulamentação do Sistema Único de Assistência Social; Revisão dos procedimentos internos*
270 *do CNAS; Discutir a programação e realizada da Reunião Ampliada e Descentralizada. Informou*
271 *que embora nesse ponto houvesse bastante discussão sobre a competência de o próprio Colegiado*
272 *discutir essa realização, foi concluído que seria importante que fosse feita, sendo que a Pauta já*
273 *estava proposta para a eleição suspensa do mês de abril e quando o novo Colegiado fosse*
274 *empossado e retomasse os trabalhos do CNAS, que esse assunto estivesse mais avançado, o*

275 *Colegiado iria avaliar se as sugestões propostas pelo GT eram pertinentes e, a partir daí, definir*
276 *pela realização imediata ou não da Reunião Ampliada. Quanto ao cronograma de trabalho, houve*
277 *reunião do dia cinco, cuja Memória estava sendo lida, no dia 14 de maio ocorreria uma segunda*
278 *reunião, sendo que o cronograma das futuras reuniões ainda não estava definido. Que a reunião do*
279 *GT no dia 14 de maio tinha como Pauta o Controle Social no SUAS, com a participação da*
280 *Secretaria de Gestão do SUAS, da Secretaria Nacional de Assistência Social, do Ministério do*
281 *Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Definição de regras para eleições da Sociedade Civil*
282 *nos Conselhos de Assistência Social para longo e médio prazo, com a participação da Secretária*
283 *Executiva e de membros da Comissão Eleitoral para mostrar ao GT o panorama de como as coisas*
284 *aconteciam. A proposta que a Presidente fez foi que todos já trouxéssemos as sugestões para que já*
285 *podéssemos avançar nas discussões amanhã. Será distribuído o kit eleição para os integrantes do*
286 *GT. Eu incluíria aqui que o GT tem que se ocupar em definir um coordenador e definir a*
287 *metodologia dos trabalhos do GT desta reunião para frente. Em julho, na Reunião Plenária do*
288 *Conselho seria a apresentação do relatório final do Grupo de Trabalho, ele apresentou a*
289 *Resolução de número 47, discutimos aqui a publicação da Resolução que cria e dá competências*
290 *ao grupo. Naquele momento, na nossa discussão, não tínhamos clareza de qual abrangência teria,*
291 *de qual consequência teria o trabalho deste grupo, o trabalho que este grupo realizaria. A*
292 *Presidente fez esclarecimentos e passou aí para o texto da Resolução 47, que foi publicada. Foram*
293 *sugeridos os seguintes encaminhamentos para os trabalhos do GT: solicitar a presença de um*
294 *representante da Consultoria Jurídica do MDS nas reuniões do grupo, solicitar o apoio da*
295 *Secretaria Executiva do CNAS ou de colaborador, para sistematizar os trabalhos das reuniões do*
296 *GT, que seja dado publicidade de suas atas e relatórios para acompanhamento de toda a*
297 *sociedade. Depois desta discussão inicial, nós concluímos também, que não era possível criar uma*
298 *pauta para o CNAS propor a Pauta para o CNAS, sem antes discutir a questão do processo*
299 *eleitoral, porque tem toda a questão legal, que ampara o processo eleitoral, e também a vigência*
300 *do mandato do atual colegiado, da sociedade civil, que se encerra no dia 17 de maio. Então, de*
301 *pronto, naquela primeira reunião, nós já fizemos uma grande reunião sobre o processo eleitoral,*
302 *como tema prioritário de discussão no GT, e que hoje a gente já traz aqui uma proposta. Então,*
303 *sobre o processo eleitoral da representação da sociedade civil no CNAS na gestão 2008 a 2010. o*
304 *GT fez a reflexão sobre o momento do CNAS e do processo eleitoral, e após ampla discussão*
305 *posicionou-se por concluir o processo com a realização de Assembléia, entendendo que a*
306 *prorrogação do atual mandato da sociedade civil com vigência até 17 de maio de 2008 abriria um*
307 *precedente para os Conselhos de Assistência Social, o que não é bom para o Controle Social.*
308 *Sugere ao Plenário do CNAS que na primeira semana do mês de junho seja realizada a Assembléia*
309 *de eleição. Em seguida, fez sugestões à minuta do Regimento interno da Assembléia de eleição, as*
310 *quais deverão ser apresentadas a este Plenário. O GT também sugere que o momento da*
311 *Assembléia seja o espaço para a politização do processo eleitoral e discussão do tema do Controle*
312 *Social, da participação do usuário, e do trabalho do GT. Discutimos a proposta de programação*
313 *para a assembléia de eleição, propondo a realização de debates com o objetivo de dar este caráter*
314 *mais político, transparente e participativo a este processo eleitoral, conforme sugestão a seguir: aí*
315 *vem a programação para a Assembléia, que foi proposta no Grupo. Às 8:30, até aquele momento*
316 *tínhamos um indicativo de datas, que a Presidente ficou de ver a viabilidade e depois deverá tratar*
317 *disto, mas a programação para o dia da Assembléia seria: às 8:30 o credenciamento, às 9:30 a*
318 *instalação da Assembléia de Eleição pela Presidente Simone Albuquerque, a Composição da mesa*
319 *coordenadora e a votação do Regimento Interno. Seria instalada uma mesa de debates, com três*
320 *itens de pauta: a agenda do CNAS, que seria um relato a ser feito pelo José Antônio sobre os*
321 *trabalhos do GT. Uma exposição sobre o Controle Social, que dentro da sugestão da Rosângela*

322 *Dias Oliveira, pesquisadora da PUC-SP, do instituto de estudos especiais, e o terceiro item é a*
323 *participação do usuário. Nós sugerimos a participação a representação da Pastoral da Mulher*
324 *Marginalizada, através da Bernadete. Seria, logo em seguida, aberto espaço para pronunciamento*
325 *das entidades, organizações e representações habilitadas na condição de candidatas. Às 14:00*
326 *acontecerá a instalação das mesas receptoras e apuradoras. Sugeriu ainda que a mesa*
327 *coordenadora da Assembléia pudesse ser composta por membros do GT, representantes da*
328 *sociedade civil, e não concorrendo como candidatos. Já saiu a indicação da Iolete da Silva, do*
329 *Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos, Domingos de Araújo, do Fórum Mineiro de*
330 *Assistência Social, e do Conselheiro Vanderlei José Viana, da União Norte-Brasileira da igreja*
331 *Adventista do Sétimo dia. Por fim o número 4, que são os informes sobre a tramitação dos Projetos*
332 *de Lei de números 3021 e 3077 de 2008. Por fim foram prestadas informações a respeito da*
333 *tramitação na Câmara dos Deputados dos Projetos de Leis citados, e estas informações foram*
334 *feitas por mim mesma! A respeito do PL 3021/2008, que trata da certificação, foi informado que o*
335 *mesmo encontra-se na Comissão de Educação e Cultura, cujo relator é o Deputado Gastão Vieira,*
336 *do PMDB do Maranhão, e o relator proporá à Comissão a realização de três debates nacionais,*
337 *um no sudeste, já definido que seria em Minas Gerais, um no Nordeste, possivelmente no*
338 *Maranhão, e um na Região Sul, a definir também. O prazo para a apresentação de emendas já se*
339 *esgotou na Comissão, mas caso haja alguma sugestão, esta poderá ser encaminhada ao relator,*
340 *uma vez que o mesmo poderá incluir emendas ao PL. Após a votação na Comissão de Educação e*
341 *Cultura será aberto um novo prazo para a apresentação de emendas na Comissão de Seguridade*
342 *Social e Família, que também vai apreciar o mérito deste projeto. Sobre o PL 3077/2008, que*
343 *regulamenta o SUAS, ele encontra-se na Comissão de Seguridade Social e Família, o relator*
344 *designado é o Deputado Raimundo Gomes de Matos, Presidente Parlamentar da Assistência*
345 *Social. para este projeto está ainda aberto o prazo de emendas, e eu tenho a impressão de que este*
346 *prazo deverá se encerrar amanhã! As emendas têm que ser apresentadas por Parlamentares. E*
347 *outras sugestões podem ser encaminhadas ao Relator, que tem a liberdade de receber sugestões,*
348 *independentemente deste prazo até a apresentação do relatório. O encaminhamento dado era de*
349 *que a Presidente Interina do CNAS solicitará ao Deputado que ele apresentasse emenda de*
350 *interesse do Conselho ao PL SUAS.” Prosseguindo, a senhora Presidente Interina passou a palavra*
351 *ao Conselheiro Marcos Antônio, que observou que todas as questões estavam contempladas nesse*
352 *Relatório. Referiu-se à página dois, no ponto 1.1, sobre os encaminhamentos, o Controle Social no*
353 *SUAS e a definição de regras para a eleição da Sociedade Civil, o que se repetia na segunda página,*
354 *no ponto 1.2. Que foi discutido que o próprio GT tivesse a possibilidade de definir essas regras, o*
355 *que subentendia que se estava ditando as regras, mas na verdade o GT apenas propunha, para que o*
356 *CNAS fizesse a deliberação e a definição. Que não sabia se convinha registrar a fala da senhora*
357 *Presidente Interina quando ela prestava esclarecimento sobre o ocorrido, no próprio CNAS e as*
358 *informações solicitadas à Justiça Federal e à Polícia Federal no que se referia àquela operação. O*
359 *Conselheiro Waldir referiu-se à discussão ocorrida sobre a competência do Conselho para definir*
360 *regras de Eleição de Conselhos, observando que a proposta estava prejudicada em razão dessa*
361 *proibição. A Conselheira Margareth citou a programação na página três, concordando inteiramente*
362 *com o teor, que o CNAS teria que ter um processo de discussão, de politização e de debate, mas não*
363 *junto com o processo da eleição, o que esvaziaria o debate e não atingiria seu objetivo. Citou a*
364 *página quatro, no encaminhamento, onde a senhora Presidente Interina solicitaria ao Deputado*
365 *Raimundo que apresentasse emenda de interesse do CNAS, encontrando mais interessante se o*
366 *CNAS discutisse e apresentasse a emenda ao Deputado. A senhora Presidente Interina observou já*
367 *haver discutido no GT e discordado do Conselheiro Waldir, pois o Conselho já havia aprovado a*
368 *NOB-SUAS, que determinava competências para estados e municípios. Colocou que isso já havia*

369 sido deliberado e pactuado pelos Gestores e, no caso das eleições para o Conselho de Assistência
370 Social, o debate que o GT trazia era, primeiro, a necessidade de discutir que modelo de Sociedade
371 Civil e de Governo se queria para o Conselho Nacional, tendo em vista as mudanças processadas
372 pelo CNAS. A segunda questão era o tipo de mudança que o GT proporia para o Conselho, e se
373 fossem mudanças na Lei Orgânica da Assistência Social não haveria melhor momento,
374 considerando que o PL-SUAS estava em discussão no Congresso Nacional. Destaco que a LOAS
375 determinava o Controle Social para as três instâncias de Governo e na qual foram propostas
376 mudanças, assim como nas legislações dos Conselhos Estaduais e Municipais. Informou que se
377 não dependesse de Legislação, se fosse mudança no Decreto, o Conselho encaminharia ao
378 Ministério, que tinha competência de fazer mudanças, sendo um Decreto afeto à Competência do
379 Conselho Nacional de Assistência Social. Que em sua opinião era o CNAS quem tinha que puxar a
380 discussão da eleição dos Conselhos de Assistência Social no Brasil, sendo hora de fazer um grande
381 debate sobre a eleição, inclusive da eleição no Conselho Nacional de Assistência Social, debate que
382 esse Conselho já havia tentado fazer diversas vezes. Reputou o debate acontecido como um dos
383 mais importantes e melhores dos últimos tempos, considerando que os novos membros deveriam
384 saber que estavam entrando para instituir uma agenda que o Conselho deliberou no GT. Que esse
385 debate, apesar do pouco tempo destinado a cada membro, foi muito importante para que os novos
386 Conselheiros conhecessem seu papel. Acreditava que a reunião, iniciando às nove horas e trinta
387 minutos, com tempo para a articulação de 11 até 13 horas era tempo suficiente para que a Sociedade
388 Civil pudesse realizar a eleição com tranqüilidade. A Sra. Maria Rosa endossou as palavras da
389 senhora Presidente Interina, dirigindo-se à Conselheira Margareth e observando que houve dúvida
390 se as Entidades se interessariam em participar desse debate, que era uma oportunidade para que se
391 manifestassem, o que foi muito discutido no GT. Referindo-se à questão das competências,
392 concordou com a senhora Presidente Interina, lembrando a preocupação em contar com a
393 participação da Consultoria Jurídica e esclarecendo que o resultado do trabalho do GT seria trazido
394 ao Plenário do CNAS para conhecimento de todos. O Conselheiro Marcelo Garcia observou que
395 dizer que o Conselho Nacional não tinha competência para definir e propor mudanças era um
396 equivoco, citando a NOB-SUAS, a Política Nacional de Assistência Social e outra série de questões
397 definidas pelo órgão. Que era uma excelente oportunidade de se definir, propor, organizar as
398 questões que precisavam ser mudadas na questão da representação social dos Conselhos,
399 mencionando a baixa participação de usuários na Conferência Nacional e a última eleição do
400 Conselho Nacional. Finalizando, observou que gostaria que essas mudanças na Lei acontecessem no
401 Conselho Nacional. O Sr. Marco Antônio dizendo-se contemplado pela fala do Conselheiro
402 Marcelo, citou alguns exemplos de capacitação de Conselheiros, sendo que poucos tinham
403 conhecimento das Resoluções pertinentes à atuação de Conselhos, a exemplo da Resolução nº 237
404 do CNAS. Ressaltou que era esse Colegiado, respeitando a competência dos Poderes, estados e
405 municípios, que tinha o papel de orientar e de solicitar a revisão daquilo que se precisava avançar.
406 O Sr. Samuel destacou a importância desse momento de politização, de eleição e que lá na ponta o
407 usuário não conhecia o CNAS, sendo esse o momento para esclarecer a população sobre o Conselho
408 e que na próxima Reunião apresentariam o nome de um coordenador aos Conselheiros.
409 Prosseguindo, a senhora Presidente Interina passou a palavra à Conselheira Patrícia que
410 parabenizou o trabalho do Grupo e relatou sua trajetória no Conselho. Observou que gostaria que
411 quando as entidades da Sociedade Civil chegassem a uma Plenária de eleição viessem com pleno
412 conhecimento do que era o Controle Social, do funcionamento dos Conselhos Municipais e
413 Estaduais, conhecimento das competências dos Conselheiros, o que acontecia, apesar do trabalho
414 realizado pelo Grupo. Que esse debate talvez não fosse tão importante para aquelas Entidades que já
415 tivessem experiência com o Conselho, como seria para aquelas que não conheciam a dinâmica e não

416 tiveram a oportunidade de refletir sobre o papel do Conselho e de Conselheiro. A Conselheira
417 Patricia observou que certamente esse debate sucederia depois desse processo eleitoral, sendo um
418 passo bastante importante, ampliando a questão da representatividade e colocando em discussão o
419 Controle Social no Brasil, por intermédio dos Conselhos. Quando às articulações, observou que já
420 vinham sendo feitas e poderiam ser compatibilizadas com um debate qualificado. Concluindo,
421 observou que a instância deliberativa era o Conselho, mas juridicamente, o que o Conselho
422 deliberasse, se transformaria em decisão prática, jurídica, por meio de Lei, Decreto ou Portaria,
423 indagando qual o procedimento a ser tomado para que as deliberações se tornassem oficiais e se o
424 próprio CNAS indicaria para o MDS ou para quem pudesse decidir se sua regulamentação se daria
425 no Congresso. Se fosse na LOAS, o CNAS dava sua posição e encaminhava para Projeto de Lei,
426 podendo e devendo se posicionar, sendo que a opinião do Conselho nesse sentido em outro
427 momento. O Conselheiro Marcos Antônio parabenizou o GT pelo trabalho realizado, constituindo-
428 se em um momento histórico dentro do CNAS essa participação externa e contribuindo para a
429 qualidade do Sistema. Relatou a ajuda que ele e sua família receberam de Assistentes Sociais, o que
430 explicava sua paixão pela Assistência. Referiu-se à dificuldade de atuação desses Conselhos,
431 observando que nas Conferências não haviam usuários, trabalhadores, ou, em caso afirmativo, em
432 poucas quantidade, encontrando essencial a participação do Conselho Nacional para traçar novos
433 rumos na Assistência, citando os trabalhos já realizados. Referiu-se ao GT eleições, com um árduo
434 trabalho a realizar e com muitas propostas interessantes, destacando o momento pelo qual o
435 Conselho estava passando, mas que com serenidade se resgataria o seu papel de protagonista. Que o
436 debate político era muito importante para mostrar o que era o Conselho, o momento do país, o
437 momento das NOB, do usuário, o momento da transparência desejado pela Sociedade Civil. O
438 Conselheiro Edivaldo cumprimentou o GT pelo trabalho, dizendo-se contemplado em uma questão
439 pela fala do Conselheiro Marcelo Garcia, complementando que se houvesse um assunto que o
440 CNAS não pudesse propor e definir, poderia se valer do instituto da democracia para recomendar e
441 orientar. Prosseguindo, indagou se esse GT que estava sendo debatido pretendia trabalhar assuntos
442 correlatos, afetos diretamente aos Conselhos Municipais e Estaduais e que, em caso afirmativo, isso
443 não seria uma atribuição mais específica da Comissão de Conselhos. A senhora Presidente Interina
444 informou que no último Pleno do Conselho foi instituído um GT, conforme previsto no Regimento
445 Interno, independentemente do tema ser ligado a uma coordenação ou a outra, o qual iria discutir
446 cinco temas, afetos também a outras Comissões, mas priorizando a eleição do Conselho Nacional e
447 estava trazendo uma proposta, conforme constava no Relato e que seria discutida no período da
448 tard. Comunicou a realização de uma Reunião no dia seguinte, priorizando a discussão do Controle
449 Social no SUAS, para todo o Sistema, discutindo, também, o PL SUAS e PL CEBAS. A
450 Conselheira Margareth destacou sua concordância com o debate político, mas não no dia da eleição,
451 posição alterada pela fala do Conselheiro Marcos. Que a incomodava o fato de não ver a
452 representação dos Usuários, como ocorria na Saúde, observando a falta de participantes no debate
453 no momento das propostas, da política, não havendo movimento na hora de votação dos processos, o
454 que prejudicava o papel político do Conselho. Que esperava que nesse novo mandato se pudesse
455 construir o CNAS coletivamente, com dignidade e transparência, que as pessoas viessem sabendo o
456 que e a quem iriam defender, que estava sendo refletido nos Conselhos Municipais e Estaduais. O
457 Conselheiro Daniel referiu-se ao importante trabalho realizado pelo GT, sugerindo fazer dessa
458 prática algo sistemático, periódico, uma prestação de contas do Conselho à sociedade. Concordando
459 com o Conselheiro Edivaldo, não via como as competências do GT seriam dissociadas do que já era
460 feito habitualmente pelo CNAS. Alertou para não se cair na acomodação e conformismo de
461 substituir as discussões que faziam com que o CNAS crescesse, citando a página dois, no item um,
462 no quinto ponto, quando colocava como objetivo do Grupo de Trabalho, a criação de um Grupo de

463 Trabalho com participação de Conselheiros do CNAS, Representantes dos Conselhos Estaduais de
464 Assistência Social, Representantes da Sociedade Civil, sendo que os dois últimos seriam indicados,
465 respectivamente pelos Conselhos Estaduais e pelo Fórum Nacional de Assistência Social, com o
466 objetivo de definir a atuação do CNAS nesse período de até noventa dias, apontando uma agenda de
467 ações emanada do GT, indagando se havia sido uma redação equivocada. A senhora Presidente
468 Interina sugeriu substituir a palavra definir por propor, orientar, ao Pleno do Conselho Nacional. A
469 segunda observação, também alertada pela Conselheira Patrícia, na página quatro, após a
470 programação proposta, indicava pronunciamento das Entidades, Organizações e Representações
471 habilitadas à condição de candidatos, constituindo um momento de debate entre os presentes,
472 candidatos e eleitore, o que poderia ser corrigido. Observou outra questão que ninguém
473 levantou: que o GT sugeriu que a Mesa Coordenadora da Assembléia fosse composta por membros
474 do GT, Representantes da Sociedade Civil, e não concorrentes ou candidatos, não sabendo a
475 diferença entre esses termos. Sugeriu à Bancada dos Trabalhadores do Conselho de Assistência
476 Social, que não tinha representante, que indicasse a Representante do CNTSS para compor a
477 Comissão para que se tivesse os três segmentos representados. **ENCERRAMENTO.** A senhora
478 Presidente Interina interrompeu a Reunião para o almoço, informando que a mesma se reiniciaria às
479 catorze horas. A Secretária Executiva, Sra. Cláudia Sabóia, fez a chamada do quorum: Conselheira
480 Edna, Conselheiro Alcides, Conselheiro Vanderlei, Conselheiro Marcos Antônio, Conselheira
481 Darlene, Conselheiro Edival, Conselheiro Antonino, Conselheiro Geraldo e Conselheiro Waldir.
482 Prosseguindo, a senhora Presidente Interina referiu-se aos assuntos discutidos no período da manhã,
483 solicitando ao Conselheiro Marcelo a leitura do **Item Apreciação e Aprovação da Proposta**
484 **Interno da Assembléia de Eleição dos Representantes da Sociedade Civil do CNAS – Gestão**
485 **2008;2010** – Minuta: *“Regimento interno da Assembléia de eleição para a escolha de*
486 *representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, na gestão de*
487 *2008 à 2010. Capítulo primeiro. Do processo eleitoral: art. 1º. A eleição da representação da*
488 *sociedade civil para a gestão de 2008/2010 do Conselho Nacional de Assistência Social, prevista*
489 *nos termos do inciso segundo, do Parágrafo Primeiro do art. 17 da Lei número 8.742/1993, será*
490 *realizada no dia seis de junho de 2008, sob a fiscalização do Ministério Público Federal do*
491 *Distrito Federal, a partir das 8:30, com o credenciamento, e às 9:30, com a instalação da*
492 *assembléia SAF-Sul, quadra 04, conj. C, auditório JK, Procuradoria Geral da República, Brasília*
493 *– DF. Parágrafo Único. O processo eleitoral de que trata este artigo foi instituído pelo Decreto*
494 *5.003, de quatro de março de 2004, publicado no Diário Oficial da União de cinco de março de*
495 *2004, convocado por edital no dia 15 de janeiro de 2008, regulamentado pela Resolução CNAS nº.*
496 *205, de 21 de novembro de 2007, e alterações posteriores, conforme Resoluções CNAS 02 de 25 de*
497 *janeiro de 2008, e número 22, de 22 de fevereiro de 2008, Resolução CNAS nº. 42 de 19 de março*
498 *de 2008, e de acordo com ato de homologação de eleitores e eleitores candidatos, publicado no*
499 *Diário Oficial da União de 11 de abril de 2008. Capítulo segundo: do credenciamento. Art. 2º. O*
500 *credenciamento de representantes para a participação na Assembléia terá início às 8:30 horas, na*
501 *entrada do auditório e término às 14 horas. Parágrafo Único. Considera-se encerrado o processo*
502 *de votação de cada segmento após o voto de todos os credenciados para votar, até, no máximo às*
503 *17 horas. Capítulo terceiro: Da Assembléia. Seção Primeira, da instalação da Assembléia. Art. 3º.*
504 *A Assembléia será instalada observado o disposto no inc. 1º do art. 10º da Resolução CNAS, art.*
505 *10, da Resolução CNAS de número 205, de 21 de novembro de 2007. Dos trabalhos da mesa*
506 *coordenadora. Art. 4º. A mesa coordenadora, escolhida na forma do previsto, nos termos no Dec.*
507 *5.003/2004, terá como atribuições: A) proceder à leitura e aprovação do Regimento Interno*
508 *elaborado pela Comissão Eleitoral e aprovado previamente pelo CNAS. B) instalar e coordenar a*
509 *mesa de debates, conforme programação divulgada. C) conceder até dois minutos para*

510 pronunciamiento das entidades, organizações e representações habilitadas na condição de
511 candidatas. D) Realizar o processo de escolha dos componentes das mesas receptoras e
512 apuradoras de votos, formadas, cada uma, por três representantes dos segmentos presentes e não
513 concorrentes ao pleito. E) coordenar o processo de apuração dos votos. F) lavrar, ler e aprovar a
514 Ata, onde conste a assinatura dos membros da mesa coordenadora, registrando a relação das
515 representações ou organizações de usuários, entidades de assistência social, ou representantes de
516 trabalhadores da assistência social, eleitas como titulares e como suplentes. Seção terceira. Da
517 leitura e aprovação do Regimento Interno. Art. 5º. O Presidente da mesa coordenadora fará a
518 leitura do Regimento Interno, sendo que, durante a leitura, os participantes poderão apresentar
519 destaques para apresentar propostas de alteração. Parágrafo Primeiro. Será concedido o tempo de
520 um minuto para apresentação dos destaques, e de até dois minutos para a defesa da proposta.
521 Parágrafo Segundo. Os artigos do Regimento interno que não tiverem destaque serão considerados
522 aprovados, da mesma forma os destaques para os quais não houver manifestação contrária.
523 Parágrafo Terceiro. A votação do Regimento Interno será realizada por votos a favor, contra, e
524 abstenções, mediante exibição do crachá fornecido no ato do credenciamento. Seção Quarta. Do
525 pronunciamiento das entidades candidatas. Art. 6º. A presidência da mesa abrirá espaço para
526 pronunciamiento das candidatas ao pleito, cabendo à cada uma até três minutos. Parágrafo Único.
527 Encerrados os pronunciamentos, terá início o processo, composição e instalação das mesas
528 receptoras e apuradoras. Seção Quinta. Das mesas receptoras e apuradoras. Art. 7º. Serão
529 formadas mesas receptoras e apuradoras, uma para cada segmento. Parágrafo Único. Cada mesa
530 será composta por três representantes dos segmentos que não estejam concorrendo ao Pleito. Art.
531 8º. A mesa receptora e apuradora dos votos será escolhida dentre os participantes habilitados
532 mediante indicação de cada segmento a ser encaminhada à mesa coordenadora. Parágrafo Único.
533 Caso não seja possível compor a mesa receptora e apuradora, na forma do caput deste artigo, esta
534 poderá ser complementada por servidores da Secretaria Executiva do CNAS. Art. 9º. São
535 atribuições da mesa receptora e apuradora: 1º. Instalar as urnas e realizar o processo de recepção
536 de votos de cada segmento. 2º. Identificar os eleitores credenciados para votar. 3º. Entregar as
537 cédulas de votação aos eleitores. 4º. Lacrar as urnas após finalização da votação do segmento
538 para entrega à mesa coordenadora. Seção seis. Da votação. Art. 10º. O processo de votação
539 ocorrerá em três espaços distintos, separados por segmentos das mesas receptoras e apuradoras.
540 Art. 11º. As cédulas para a votação, em cores distintas, por segmentos, conterão os nomes, por
541 representantes ou organizações por usuários, entidades e organizações de assistência social e
542 representantes de trabalhadores de assistência social. Parágrafo Primeiro. As cédulas serão
543 previamente rubricadas pelos membros da mesa coordenadora. Parágrafo segundo. Cada eleitora
544 poderá votar em até três candidatos em seu próprio segmento, devendo ser assinalada a intenção
545 do voto com um "x" na respectiva cédula. Parágrafo Terceiro. Qualquer manifestação diversa da
546 convencional será considerada rasura, portanto, sujeita à nulidade. Parágrafo Quarto. No caso de
547 rasura na cédula, será permitido o fornecimento de apenas mais uma, devendo a primeira ser
548 cancelada e depositada em envelope próprio a ser datado e rubricado pelos membros da mesa
549 receptora, e entregues juntamente com a urna à mesa coordenadora, devendo este ato ser
550 consignado em Ata. Parágrafo Quinto. A votação será realizada mediante chamada das entidades
551 candidatas ao pleito na mesma ordem em que foi apresentado o ato de homologação das
552 habilitações. Parágrafo Sexto. Cada representante qualificado apresentará documento de
553 identidade e assinará a lista de eleitores ao lado da urna, diante da mesa receptora e apuradora.
554 Parágrafo Sétimo. Pessoas com deficiência poderão optar por emitir seu voto com apoio de pessoa
555 que ele designar, sendo certo que para os deficientes visuais será fornecida cédula em braile.
556 Parágrafo Oitavo. Para eventual procedimento de votação de desempate será disponibilizada

557 *cédula em cor diversa das já existentes, para manifestação de próprio punho da intenção do voto.*
558 *Seção Sétima. Da apuração. Art. 12. Concluída a votação, a mesa coordenadora, com os*
559 *respectivos componentes das mesas receptoras e apuradoras, abrirá as urnas em local que*
560 *possibilite o acompanhamento e visibilidade aos demais presentes, para início da apuração dos*
561 *votos por segmento, obedecendo a seguinte ordem: 1º. Entidades ou organizações de assistência*
562 *social. 2º. Representantes de usuários ou organizações dos usuários. 3º. Entidades ou organizações*
563 *de trabalhadores da assistência social. Parágrafo Primeiro. Serão considerados nulos os votos que*
564 *contenham: 1º. Mais de três candidatos assinalados. 2º. Rasuras de qualquer natureza. 3º.*
565 *Ausência da assinatura dos membros da mesa coordenadora. Parágrafo Segundo. As três*
566 *candidatas mais votadas em cada segmento serão consideradas titulares, da mesma forma que as*
567 *três mais votadas na seqüência, também em cada segmento, serão consideradas suplentes.*
568 *Parágrafo Terceiro. Será encaminhado novo procedimento de votação para desempate de*
569 *candidatos, nos casos de: 1º, empate entre o terceiro e o quarto colocados. 2º. Empate para a sexta*
570 *vaga. Parágrafo Quarto. Na hipótese de empate na votação entre candidatos no mesmo segmento,*
571 *as eleitoras do referido segmento que estiverem presentes efetuarão nova votação para o*
572 *desempate. Parágrafo Quinto. Em caso de permanecer o empate de votos entre candidatas eleitas,*
573 *será considerada, para efeito de classificação, àquela cuja data de registro do estatuto em cartório*
574 *for a mais antiga. Art. 13º. Concluída a apuração dos votos, a mesa coordenadora lavrará a Ata e*
575 *proclamará os eleitos. Parágrafo Primeiro. A Ata aprovada, contendo o resultado das eleições com*
576 *titulares e suplentes eleitos, registrando inclusive a presença do Ministério Público Federal no*
577 *Distrito Federal, será assinada pelos componentes da mesa coordenadora, e encaminhada no*
578 *prazo de até vinte e quatro horas à Presidência do CNAS, para Publicação no Diário Oficial da*
579 *União no dia de 2008. Parágrafo Segundo, a referida data será encaminhada ao Ministro de*
580 *Estado de Desenvolvimento Social e Combate à fome, visando providências para a posse dos*
581 *representantes da sociedade civil no CNAS, gestão 2008/2010, de acordo com o artigo 14 da*
582 *Resolução CNAS de número 205, de vinte e um de novembro de 2007. Artigo 14. As entidades e*
583 *organização da sociedade civil eleitas na condição de titulares e suplentes, deverão indicar seus*
584 *representantes até o dia de 2008, na forma prevista no Parágrafo Quarto do artigo 4º da*
585 *Resolução CNAS 2005/2007. Art. 15. Os casos omissos serão resolvidos pela coordenação da mesa*
586 *e referendados pela assembleia. Brasília – 2008.”* Antes de dar início à discussão a senhora
587 Presidente Interina deu as boas vindas ao novo Conselheiro, Maurício Sarda Faria, Representante
588 do Ministério do Trabalho, que esclareceu que sua ausência no período da manhã e nos outros
589 encontros, deveu-se à sua participação no Conselho Nacional de Economia Solidária, que estava
590 funcionando com o Comitê Temático de Formação em Assistência Técnica. Computou sua escolha
591 para representar o MTE por vir do Ministério do Desenvolvimento Social, na Secretaria Nacional
592 de Assistência Social, onde trabalhava com projetos de inclusão produtiva, e assim poder contribuir
593 com o Conselho Nacional de Assistência Social nas tarefas que se apresentassem, nessa nova
594 conjuntura. O Conselheiro Waldir apresentou destaque no artigo 1º, referindo-se à data da
595 realização da eleição, com uma proposta para o dia seis de junho, sexta-feira, propondo que fosse
596 realizada no dia quatro, quarta-feira. O Conselheiro Vanderlei observou que seu destaque também
597 estava relacionado à data do dia seis de junho, relacionada com o art. 13, que dizia que a
598 Presidência tinha que publicar em vinte e quatro horas, preferindo que se realizasse em uma quarta-
599 feira. O Conselheiro Marcelo Garcia observou que o dia quatro, quarta-feira, era o mais caro em
600 Brasília, tanto de hotel quanto de passagem aérea, sobretudo para o deslocamento de Entidades para
601 a eleição, o contrário ocorrendo às sextas-feiras. A Conselheira Margareth sugeriu que a Reunião se
602 realizasse na terça-feira, ao que o Conselheiro Marcelo reiterou a diferença de custos da sexta-feira
603 em relação aos outros dias da semana. A senhora Presidente Interina solicitou à Secretária

604 Executiva que procedesse à votação da data: Conselheiro Marcelo Garcia: “Dia seis, proposta um”;
605 Conselheira Patrícia: “Dia seis”; Conselheiro Maurício: “Dia seis”; Conselheiro Alcides: “Proposta
606 dois, dia quatro”; Conselheiro Vanderlei: “Dia quatro”; Conselheiro Marcos Antônio: “Dia quatro”;
607 Conselheiro Edivaldo: “Dia quatro”; Conselheira Vânia: “Eu ia votar na outra proposta, mas como a
608 Sociedade Civil está votando no dia quatro, eu vou votar no dia quatro”; Conselheiro José Geraldo:
609 “Dia quatro”; Conselheira Margareth Alves: “A questão aqui não é votar no seu segmento, se a
610 minha entidade não tem dinheiro e é bem mais caro! Eu vou votar no dia seis, porque a passagem
611 no dia quatro é mais cara, e é a minha entidade que vai pagar, acho que ela não tem dinheiro, e eu
612 vou pela coerência, não pelo segmento, desculpem”; Conselheiro Waldir: “Pela segunda, dia
613 quatro”; Conselheira Darlene: “Eu vou acompanhar o raciocínio da Margareth. Acho que eles estão
614 pensando em não prejudicar que as Entidades se locomovam para cá, portanto, dia seis”. A senhora
615 Presidente Interina, após o resultado obtido: dia seis com cinco e dia quatro com sete votos,
616 informou que a eleição se realizaria no dia quatro de junho. Prosseguindo, a Conselheira Margareth
617 apresentou destaque para solicitar esclarecimentos no art. 4º, item b: “*instalar e coordenar mesa de*
618 *debate conforme programação divulgada*”, se os membros da Comissão Eleitoral seriam
619 respeitados e também se a coordenação da Mesa de Debate era somente do GT ou seria
620 contemplada a Comissão. O Conselheiro Alcides Coimbra solicitou um esclarecimento, observando
621 que entendia, pela interpretação do Decreto nº 5003, da Resolução nº 2.005, que a Comissão
622 Eleitoral esgotava a sua atividade até a Assembléia, que tinha autonomia para manifestação
623 espontânea das entidades habilitadas e que estariam presentes à Assembléia e se a Mesa seria
624 composta por indicação das Entidades representadas no Plenário. A senhora Presidente Interina
625 esclareceu que o GT trouxe uma proposta ,compreendendo exatamente o colocado pelo Conselheiro
626 Alcides, terminava a função da Comissão Eleitoral, e ao instituir o pleito de votação, a Assembléia
627 escolhia quem iria coordená-la. Que o GT estava levando uma sugestão para a Assembléia, o que
628 não impedia que, se o Conselho achasse que devia indicar a Conselheira Vânia, o Conselheiro
629 Marcos e o Conselheiro Alcides para compor essa Comissão, não via problema algum, visto os três
630 não serem candidatos. Com nova inscrição, o Sr. Marco Antônio observou ser estranho que a
631 Comissão Eleitoral tivesse um trabalho, e de repente ela desaparecesse, o que não podia acontecer,
632 pois seu trabalho só terminava quando se instalasse a Assembléia. Que o papel da Comissão
633 Eleitoral não podia ser descaracterizado na forma como foi, e que não seu papel não havia acabado
634 na reunião anterior, pois participava junto com o GT. O Conselheiro Waldir relatou que a discussão
635 que o GT não tinha nenhuma atribuição relativa à eleição, estando no artigo 1º quais eram as suas
636 competências. Que se o GT tratasse de algum assunto relativo à eleição, a Comissão formada para
637 esse fim ficaria extinta, estando, salvo engano, sob a coordenação do Conselheiro Marcos, Alcides,
638 Vanderlei e Vânia. O Conselheiro Marco Antônio referiu-se aos temas discutidos na Reunião
639 anterior, que havia sido a primeira Reunião do GT. Que o documento era um indicativo que estava
640 saindo no CNAS, para que a Assembléia de Eleição o referendasse ou não, sendo que tudo que foi
641 colocado era proposição. Que foi muito debatido no GT que era importante que ele respeitasse todo
642 o trabalho que havia sido feito por essa Comissão, havendo um manifesto do próprio MP de que não
643 havia nenhuma distorção, o trabalho havia sido bem feito, não havendo nada que impedisse o
644 andamento desse processo. Recordou que também foi discutido de que dia dezessete terminava o
645 mandato do atual Conselho, uma vez que o processo eleitoral seria dia seis de junho, qual era a
646 legitimidade que o Colegiado teria para a sua condução. Que essa dúvida havia ficado, podendo
647 derrubar o trabalho do processo eleitoral, visto que o mandato do atual Conselho terminava no dia
648 dezessete de maio. A Sra. Maria Rosa informou que chegaram à seguinte conclusão: primeiro, que a
649 Comissão Eleitoral se esgotava quando fosse constituída a Assembléia; e, segundo, que a Mesa
650 Coordenadora da Assembléia era uma composição que não estava vinculada à Comissão Eleitoral.

651 Que nada impedia que representantes da Sociedade Civil fizessem parte da Mesa Coordenadora.
652 Que havia trazido uma proposta que foi votada pelo Conselho pela manhã do indicativo, de quem e
653 quais entidades, contendo os três segmentos, deveriam compor a Mesa Coordenadora, com a
654 participação da Conselheira Darlene na representação dos Trabalhadores. O Conselheiro Marcos
655 Antônio observou que se o mandato tivesse sido prorrogado, automaticamente a Comissão Eleitoral
656 estaria em vigor, não entendendo o seu desaparecimento. Que se o mandato da Sociedade Civil se
657 encerrava no dia dezessete de maio, a Comissão Eleitoral seria uma outra discussão, e que o seu
658 trabalho tivesse o mínimo de continuidade. A Conselheira Margareth declarou-se perplexa pelo
659 rumo que estava sendo tomado. Que se recordava que foi votado no GT, para que no prazo de até
660 noventa dias fosse discutido e apresentado um plano de trabalho, ficando decidido que o mandato
661 dos Conselheiros também seria prorrogado, o que se encontrava registrado em Ata. Que não se
662 recordava de haver votado que o grupo do GT estaria substituindo a Comissão Eleitoral, porque foi
663 consensuado que o mandato seria prorrogado, estendido no prazo de até noventa dias. Que o GT
664 formado iria trabalhar a Pauta a ser encaminhada pelo CNAS durante esses noventa dias,
665 entendendo que a Comissão Eleitoral estaria vigente durante e até o término do processo eleitoral.
666 Que havia sido surpreendida de que somente o mandato da Sociedade Civil acabaria no dia
667 dezessete, com o Governo continuando com seu mandato vigente, indagando qual seria o rumo,
668 visto a eleição ser da Sociedade Civil, o que era muito grave. A senhora Presidente Interina,
669 dirigindo-se à Conselheira Margareth, destacou: primeiro, ao iniciar a Reunião, havia agradecido a
670 participação do Grupo de Trabalho, exigindo que todos os Conselheiros também reconhecessem o
671 trabalho de entidades que estavam colaborando com o Conselho Nacional a seu pedido; segundo,
672 que o GT avaliou para que não se pedisse prorrogação de mandato dos Conselheiros da Sociedade
673 Civil, citando o seu caso como exemplo; e, terceiro, que se fizesse Medida Provisória e se mandasse
674 para o Congresso, porque os Conselheiros não podiam prorrogar os seus próprios mandatos.
675 Observou que a recomendação do GT podia ou não ser aprovada, podendo ser ignorada pois quem
676 decidia era o Plenário. Que no seu Relato o GT recomendava que se fizesse eleição, sendo dado ao
677 Grupo o poder de fazer proposta de Pauta para o CNAS: Convocar eleição para junho, não ficando
678 nem um mês acontecer o Plenário do Conselho; fazer a eleição da Sociedade Civil, dar posse no
679 mesmo mês convocando o Pleno. Destacou não ser culpa do GT a situação em se encontrava o
680 Conselho Nacional, havendo confusão quanto à função da Comissão Eleitoral, que havia cumprido
681 seu objetivo. Que o GT havia trazido uma proposta de coordenação, inclusive de Entidades que não
682 eram candidatas, não vendo nenhum problema, pois a função do Grupo era fazer propostas para
683 serem decididas pelo Pleno do Conselho. O Conselheiro Alcides, referindo-se ao item da página 4
684 da Memória, sugerindo que a Sociedade Civil indicasse de cada segmento a composição da mesa e
685 se não tivessem sugestões, o Conselho as teria, as quais foram pensadas previamente. A Sra. Iolete
686 citou o art 4º, item c, que deveria ser corrigido, como foi na Memória da Reunião, para tirar a
687 condição de candidatas e dar direitos à voz; o que já estava contemplado no art. 6º. Com relação à
688 sugestão da Mesa Coordenadora, o GT não teve em nenhum momento a intenção de definir o que
689 era decidido na Assembléia. A Conselheira Patrícia reforçou as palavras da senhora Presidente
690 Interina para que não restassem dúvidas quanto aos procedimentos que estavam sendo adotados,
691 lembrando que foram dados noventa dias e observando que o Mandato só poderia ser prorrogado
692 por Medida Provisória, cujo processo era do conhecimento de todos. Ressaltou que a Comissão
693 Eleitoral havia cumprido suas atribuições e se fosse decidido que as entidades pudessem integrar a
694 Comissão, era outra situação e que o CNAS deveria apresentar uma proposta, sendo mais ágil
695 chegar com uma proposta a ser discutida, o que não significava interferência na Plenária. Destacou
696 que o término do mandato da Sociedade Civil não interferiria no processo eleitoral, sendo a única
697 alteração que o Conselho não poderia deliberar e decidir porque metade dos Conselheiros estaria

698 sem mandato. O Conselheiro Alcides reiterou o reconhecimento pelo trabalho do GT, e que estavam
699 sendo dadas algumas sugestões quanto ao processo para ser seguido o rumo adequado. O
700 Conselheiro Marcos Antônio observou que o problema da não prorrogação do Mandato continuava
701 e que tinha de ser resolvido, com a proposta de que como o GT já havia feito um trabalho,
702 continuava até a eleição através das Entidades, que participariam em conjunto na condução de
703 mesa, destacando falar de colaboração e não de disputa e sendo fato que o Mandato terminaria na
704 data marcada. A Conselheira Darlene colocou que encontrava importante que houvesse Sociedade
705 Civil no processo, que estava paritário, sendo que a preocupação era como recuperar o CNAS como
706 uma entidade de caráter idôneo e que a participação das Entidades só ajudava. A Sra. Maria Rosa
707 referiu-se à maneira como o processo eleitoral se desenrolaria, sendo a proposta do GT nesta
708 perspectiva desse processo ser fortalecido, com o comando da própria Sociedade Civil e as
709 entidades que quisessem participar da Mesa seriam bem vindas, sendo que o importante era
710 reconhecimento do trabalho da Sociedade Civil. Após aparte do Conselheiro Waldir, a senhora
711 Presidente Interina enfatizou a necessidade de se manter a tranqüilidade para se chegar até o fim
712 porque era a última Plenária e nem deixar constrangidos os presentes. Ressaltou a importância do
713 GT e o papel que ainda desempenharia, e a sua composição por entidades reconhecidas e que fosse
714 reconhecido o espírito da proposta do Grupo de Trabalho. Pela Resolução, a Assembléia podia
715 indicar três entidades que não eram candidatas para conduzir o processo eleitoral sendo uma de
716 cada seguimento: Usuários, Entidades e Trabalhadores. Informou que no GT foi discutida a situação
717 das Entidades, sendo que no caso dos demais, só foi identificada uma de cada segmento. Que havia
718 sugestão de inclusão de outra entidade, o que não poderia ocorrer. O Conselheiro Marcos Antônio
719 sugeriu a participação da Pastoral da Criança, indicando o nome da Conselheira Vânia. A senhora
720 Presidente Interina citou as duas propostas a serem votadas na Assembléia da Sociedade Civil:
721 primeiro, a proposta do GT, de que a Mesa Coordenadora do processo eleitoral fosse composta por
722 um Fórum, pela CNTSS, e pela União Norte Brasileira; e, segundo, a proposta feita pelo
723 Conselheiro Marcos de que fosse composta pela CNTSS, pela União Norte Brasileira e pela
724 Pastoral da Criança. O Conselheiro Marcelo sugeriu que fossem as Entidades que participaram da
725 Comissão Eleitoral como indicação do Conselho, podendo ser acatada ou não pela Plenária. O
726 Conselheiro Marcos Antônio propôs que participassem as Entidades da Comissão Eleitoral e o
727 Fórum Nacional, permanecendo a União Norte, a Pastoral e o Fórum na condução do processo
728 eleitoral. O Conselheiro Marcelo observou que estava sendo discutido o método e não as entidades,
729 sendo a proposta do GT ou a do Conselho. O Conselheiro José Geraldo parabenizou o Grupo pelo
730 trabalho, sendo solidário com a proposta do Conselheiro Marcelo. A Sra. Maria Rosa observou que
731 o Plenário teria que decidir, sendo que o GT não vinha fazer nenhuma disputa com o Plenário do
732 CNAS. Que as pessoas que conhecessem mais a fundo a Resolução sobre o processo eleitoral,
733 poderiam verificar essa situação, que serviria de parâmetro para que se tomasse uma decisão e fosse
734 formalizada, com a decisão do Plenário de colocada em votação pela senhora Presidente Interina,
735 encaminhamento que o GT não poderia dar. O Conselheiro Marcos Antônio referiu-se ao
736 desaparecimento da Comissão Eleitoral, que tinha um trabalho que continuaria por mais noventa
737 dias, conforme decidido na última reunião. Que não via uma discussão de mérito em relação às
738 Entidades participantes, sugerindo a participação da União Norte Brasileira, a Pastoral e o Fórum. O
739 Conselheiro Alcides procedeu à leitura do Decreto nº 5003 de 4 de março de 2004, Art. 4º: “o
740 processo de escolha dos representantes da Sociedade Civil terá início mediante a realização de
741 Assembléia de Instalação, na qual será constituída mesa coordenadora dos trabalhos. Parágrafo 1º
742 - Os membros da mesa coordenadora a que se refere o caput serão indicados pelas entidades ou
743 organizações da Sociedade Civil, não concorrentes às vagas de representação em disputa em sua
744 própria categoria”. Observou qualquer indicação prévia era fora de lugar e não tinha amparo legal.

745 O Conselheiro Marcelo observou a necessidade de se ter os três nomes para oferecer como
746 precaução, não deixando para o dia 4. A senhora Presidente Interina passou à votação de se levar ou
747 não uma proposta. A Secretária Executiva procedeu à votação: Conselheiro Marcelo: “sim”;
748 Conselheira Patrícia: “sim”; Conselheiro Maurício: “sim”; Conselheiro Alcides: “sim, desde que se
749 respeite aquele método de apresentação”; Conselheiro Vanderlei: “sim”; Conselheiro Marcos:
750 “sim”; Conselheiro Edivaldo: “abstenção.” Conselheira Vânia: “sim”; Conselheiro José Geraldo:
751 “sim”. Conselheira Margareth Alves: “sim”; Conselheiro Waldir: “sim”; Conselheira Darlene:
752 “sim”; e, Conselheira Simone: “sim”. A senhora Presidente interina indagou quais os indicados, um
753 de cada segmento, ao que o Conselheiro Marcelo indicou, na metodologia da Comissão Eleitoral, a
754 Pastoral da Criança, a União Norte dos Adventistas e a CNTSS. A Conselheira Vânia observou que,
755 no lugar de indicação fosse usado sugestão, sendo a Pastoral da Criança no Conselho representante
756 de Usuários. A proposta foi reforçada pelo Conselheiro Marcelo e pelo Conselheiro Marcos
757 Antônio, ao que o Conselheiro Waldir observou que nessa condição, as entidades de Assistência
758 Social ficariam sem representação. A senhora Presidente Interina ressaltou a sugestão do Conselho
759 Nacional para ser levada à Assembléia: representante dos usuários, Pastoral da Criança;
760 representante dos trabalhadores, CNTSS; e, representante das entidades Fórum Nacional de
761 Assistência Social. Passou para o próximo destaque, no art. 4º, passando a palavra à Conselheira
762 Patricia, que manifestou tres destaques: primeiro, inclusão de uma atribuição da Mesa
763 Coordenadora na letra a): eleger o Presidente dentre seus membros; letra b) proceder à leitura e
764 aprovação; letra c), instalar e coordenar a Mesa de Debates; letra d) seria inclusão: conceder fala ao
765 Plenário após as apresentações na Mesa de Debate e abrir a palavra aos que quisessem se
766 manifestar, tendo outra atribuição de dar dois minutos para os candidatos, quando da apresentação
767 das candidaturas. Assim, no art.6º repetir “dois minutos”, conforme o art. 4º. O Sr. Marco Antônio
768 observou, por uma questão de ordem para não ferir a Resolução 205, que falava o contrário:
769 primeiro, compor a Mesa Coordenadora dos trabalhos, inciso c, do art. 1º; e, segundo a escolha,
770 dentre os membros da Mesa Coordenadora, de um Presidente. A Conselheira Margareth destacou a
771 letra c) quando se concedia dois minutos, que encontrava pouco tempo, e, ao contrário da
772 Conselheira Patrícia, manteria os três minutos no art.6º e que a letra c) também indicasse três
773 minutos. A senhora Presidente Interina calculou o tempo considerando o número de candidatos,
774 considerando que, de acordo ao restante da Pauta, o tempo seria insuficiente na parte da manhã,
775 sendo que dois minutos era o suficiente, com a concordância do Conselheiro Marcelo. A
776 Conselheira Edna sugeriu suprimir a letra c) e deixar o tempo indicado só no artigo 6º. O
777 Conselheiro Edivaldo propôs que fosse alterado esse parágrafo porque a célula braile não era viável,
778 com substituição pela célula guia, explicando o seu procedimento. A Conselheira Margareth fez um
779 destaque no art. 4º, letra f: que se deveria manter a presença do Ministério Público Federal. A
780 Conselheira Patricia observou que se referia às atribuições da Mesa Coordenadora a qual o
781 Ministério Público não participava. O Conselheiro Waldir indagou porque a Ata da eleição seria
782 encaminhada ao MDS, e não uma cópia, pois acreditava o documento pertencer ao arquivo do
783 Conselho, ao que a Secretária Executiva informou que na última eleição foram emitidas três vias,
784 ficando uma no livro de registro da eleição, a segunda encaminhada para o Ministro e a terceira
785 ficou no arquivo do CNAS. A Secretária Executiva solicitou acerto nas datas dos art. 13 e 14. Que
786 no parágrafo 1º a Ata seria encaminhada e assinada pela Mesa Coordenadora à Presidência do
787 CNAS para publicação no Diário Oficial, observando que, se a Assembléia era no dia 4, a
788 publicação era no dia 6. O art. 14 rezava: “*As entidades eleitas terão que indicar seus*
789 *representantes até o dia tal*”, sendo essa outra publicação que era feita e que dava as condições de
790 posse em seguida. Destacou que havia que ser acertado um calendário, que no de junho,
791 anteriormente previsto, a data de Reunião Plenária era em 11 e 12 de junho, o que tinha que ser

792 alterado. A senhora Presidente Interina observou que era para ser retirado o indicativo de data, a
793 qual iria agendar com o Ministro, entendendo que o indicativo era a data do próprio Pleno da posse
794 do Conselho. O Conselheiro Waldir destacou haver um rito a ser cumprido, com a indicação das
795 Entidades eleitas ao Conselho, sugerindo que fosse em até quatro dias úteis após a realização da
796 eleição, tendo quinta, sexta, segunda e terça-feira, sendo nesse último dia que as Entidades
797 encaminhariam ao CNAS a indicação do nome que as representariam. O Conselheiro Marco
798 Antônio referiu-se à necessidade de rever a Reunião Ordinária de junho, ao que a senhora
799 Presidente Interina destacou que a partir desse ritual fosse reorganizada a data conforme publicação
800 em Diário, possibilidade de posse e demais procedimentos, mas com o compromisso de que fosse
801 realizada no mês de junho, para dar continuidade aos trabalhos do Conselho Nacional. O
802 Conselheiro Waldir indagou se a proposta de quatro dias úteis após a realização da eleição havia
803 sido aceita, proposta que a senhora Presidente Interina colocou em votação, sendo aprovada a
804 proposta de Regimento Interno a ser levada na Assembléia de Eleição da Sociedade Civil a se
805 realizar no dia 4 de junho. Terminada a Pauta do Conselho Nacional observou que daria um prazo a
806 quem quisesse se manifestar. Referiu-se ao término do Mandato desse Conselho Nacional, o qual
807 havia feito muitas coisas importantes mas também trazia para o novo Conselho, a necessidade de
808 refazer regras, reconstituir caminhos, diretrizes da própria condução do Conselho Nacional.
809 Ressaltou sua certeza de que o próximo Conselho Nacional conseguiria, por sua orientação, fazer
810 com que se resgatasse a imagem do Conselho Nacional de Assistência Social e mais que isto,
811 reconstituisse o Controle Social no Sistema Único de Assistência Social. Manifestou seus
812 agradecimentos, nesse período de interinidade, aos Conselheiros, aos Conselheiros da Sociedade
813 Civil, aos Conselheiros que constituíram a Comissão Eleitoral, agradecer pela compreensão, pelo
814 trabalho feito em conjunto e à Secretaria Executiva do Conselho Nacional. Que gostaria de registrar
815 em Ata que talvez tivesse que publicar o desempenho da Secretaria Executiva do Conselho
816 Nacional que teve um papel muito importante na condução do processo eleitoral, bem como
817 agradecer ao Grupo de Trabalho e às Entidades que estavam compondo e ajudando nessa
818 recondução, sendo muito importante que se pudesse reconstituir um grupo em defesa da Assistência
819 Social no Brasil. Que era muito importante que na discussão das eleições da Sociedade Civil nos
820 Conselhos de Assistência Social o GT e o novo Conselho, quando empossado, discutissem que
821 todos os Conselhos tinham que seguir o Decreto do art. 3º. Reiterou seus agradecimentos,
822 destacando que faria de tudo para prosseguir com as decisões tomadas por esse Pleno, até dar posse
823 ao novo Conselho e eleger o novo Presidente do Conselho Nacional. O Conselheiro Alcides
824 agradeceu e parabenizou a senhora Presidente Interina por seu desempenho, bem como aos
825 Conselheiros e com uma palavra especial aos servidores da Casa, a quem solicitou uma salva de
826 palmas por todos os presentes. O Sr. Marco Antônio destacou que vinha acompanhando o Conselho
827 Nacional pela Federação Nacional das Associações Pestalozzi como Representante da Entidade e
828 não como Presidente do Conselho do Rio de Janeiro. Agradeceu a receptividade dos Conselheiros, ,
829 observando que o que ficava era o aprendizado e o que era construído em benefício da Política
830 Pública de Assistência Social. Esclareceu que o Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de
831 Assistência Social – CONSEAS, havia indicado o Conselho do Rio de Janeiro para compor o GT,
832 informando que o Fórum havia participado do processo de criação do Conselho do Estado do
833 Distrito de Fernando de Noronha no último dia 24 e 25 de abril. Que o FONASEAS acompanhou a
834 formação do Conselho, que era uma deliberação que aconteceu na Reunião de São Paulo e que se
835 concretizava com mais um mecanismo de Controle Social naquela região. Informou que a
836 Federação das Pestalozzi, a Fnasp estaria realizando em Brasília, no período de 2 a 4 de setembro,
837 no Auditório Petrônio Portela, do Senado, o 12º Congresso Nacional, contando com a presença dos
838 Conselheiros. O Conselheiro Waldir colocou como suas as palavras do Conselheiro Alcides,

839 parabenizando a senhora Presidente Interina, a Secretária Executiva e os servidores da Casa, assim
840 como a convivência tida com todos os Conselheiros. O Sr. Samuel Azevedo manifestou seus
841 agradecimentos aos Conselheiros que encerravam seu Mandato, referindo-se aos Usuários que
842 estavam na ponta, esperando e vivendo do Programa. Que quando vinham discutir o GTI de
843 população de rua no MDS, se percebia que existiam pessoas interessadas em fazer acontecer.
844 Ressaltou que não tinha nenhuma dúvida de que todo o processo pelo qual a população de rua
845 passava no momento, essa discussão de Política Nacional e todo o processo de resíduos sólidos
846 discutido pelos catadores, se devia aos Conselheiros do CNAS. O Conselheiro Edivaldo comunicou
847 ao Pleno que, muito embora, o Regimento já estivesse aprovado, havia tomado a liberdade de fazer
848 uma alteração no art. 11, parágrafo 7º, acrescentando que seria fornecida a relação em braile dos
849 candidatos. Uniu-se aos elogios e agradecimentos, acrescentando um cumprimento especial à
850 dedicação do CNAS concernente à sensibilidade com pessoas com deficiência, observada em todos
851 os aspectos, inclusive quanto ao oferecimento pelo Conselho do material em braile que este
852 Conselho lhe havia feito e ao ex-Conselheiro Márcio. A Conselheira Margareth, em nome da
853 Federação Nacional das Assistentes Sociais, disse da grande satisfação em ter participado desse
854 primeiro mandato no CNAS, com o único propósito de defender a Política Nacional de Assistência
855 Social concomitantemente com a consolidação de uma Política de Recursos Humanos. Agradeceu,
856 em seu nome e no da FENAS, a todos os Conselheiros e funcionários, referindo-se à instalação da
857 Mesa Nacional de Negociação do SUAS que não havia acontecido, e que seria um norte norte para
858 a Política de Recursos Humanos. Chamou a atenção dos gestores e dos prestadores de serviço que
859 não se consolidaria uma Política de Recursos Humanos se não se tivesse um olhar carinhoso e
860 audacioso para a Política de Recursos Humanos. Finalizando, colocou sua certeza de que usuários e
861 trabalhadores, sensibilizariam o Conselho para que se pudesse efetivar e materializar a NOB de
862 Recursos Humanos. O Conselheiro Marcos Antônio, deixando alguns pensamentos, referiu-se ao
863 papel da mulher, citando como exemplo o trabalho realizado pela Sra. Lisair. Destacando as novas
864 atividades que iria desempenhar, solicitou a colaboração de todos no apoio às pessoas com
865 deficiência e que precisavam de ajuda, colaboração e competência. A Conselheira Darlene
866 apresentou suas despedidas, ressaltando ter aprendido muito dentro do Conselho, que se encontrava
867 em um momento histórico dentro do Brasil. Fazendo suas as palavras da Conselheira Margareth,
868 enfatizou que era muito bom ver os Usuários no Conselho, sendo muito importante ouvir o que
869 precisavam. Finalizando agradeceu à senhora Presidente Interina, à Secretária Executiva, aos
870 funcionários e aos Conselheiros, dizendo que estava saindo do CNAS mas não da luta da
871 Assistência Social. A senhora Presidente Interina agradeceu as palavras de todos, ao Ministério na
872 pessoa do Ministro Patruz, Ana Lúcia, ao CONGEMAS, ao FONSEAS, a todos os Conselheiros e
873 dizer para os funcionários do Conselho Nacional que fossem servidores cidadãos, pois eram
874 funcionários do Conselho Nacional de Assistência Social e que deviam seguir as regras públicas
875 deliberadas pelo CNAS. Finalizando, informou que iria publicar o Edital de convocação para as
876 eleição e que comunicaria ao Ministério Público o dia estipulado. **ENCERRAMENTO.** Nada mais
877 havendo a tratar, a senhora Presidente Interina agradeceu a presença de todos, declarando encerrada
878 a Reunião. Gravaram-se todos os debates e depoimentos pelo serviço de som deste Ministério e,
879 depois de transcritos, passarão a fazer parte integrante desta Ata, aprovada em reunião de de
880 de dois mil e oito.